



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

CNPJ: 87.489.910/0001-68

Rua Floriano Peixoto, 222 CEP 97400-000 – São Pedro do Sul - RS

Fone/Fax (55) 3276-1085

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 148, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018.

### **ALTERA ARTIGOS e PARÁGRAFOS QUE ESPECIFICA DA LEI Nº 1.112 DE 30/09/1998, E DÁ PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º. Os parágrafos 1º e 2º do art. 2º e os artigos 4º, inciso II, e 6º, da Lei nº 1.112, de 30 de setembro de 1998, que dispõe sobre as regras a serem seguidas pelos servidores interessados em participar do convênio com o Instituto de Previdência do Estado do RS – IPERGS /IPÊ- SAÚDE para a assistência à saúde e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 2º. (...)*

*§ 1º. Se o servidor não fizer uma declaração expressa concordando ou não com a sua inclusão no convênio, será considerado como desistente, sendo que os servidores que ingressarem nos quadros da Prefeitura Municipal após a entrada em vigor desta Lei terão o prazo de 30 (trinta) dias para expressar a sua opção.*

*§ 2º. Os atuais servidores do quadro da Prefeitura Municipal que não sejam optantes do plano terão o prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei, para aderir ao plano, sob pena de não lhes ser mais permitido o ingresso no convênio.*

*Art. 4º. Como forma de remuneração do Convênio, será pago um percentual de até 21,71% (vinte e um vírgula setenta e um por cento) a contar de 01.01.2019 sobre o montante dos salários de contribuição dos servidores, inativos e pensionistas conveniados, a ser custeado da seguinte maneira:*

*(...)*

*II - os servidores ativos, inativos e pensionistas conveniados contribuirão com um percentual de 13,21% (treze vírgula vinte e um por cento) de sua remuneração, a serem descontados na folha de pagamento.*

*Art. 6º. A partir da entrada em vigor desta Lei, todo servidor celetista, contratado, cedido ao Município que receba Função Gratificada, Secretário Municipal que não seja servidor e detentores de cargos eletivos não poderão mais participar do convênio.”*

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**ZIÂNIA MARIA BOLZAN,**  
Prefeita Municipal.

Silvana Tassinari Taschetto,  
Secretária Municipal da Administração.

Artur Sérgio Haesbaert Filho,  
Procurador Municipal.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

CNPJ: 87.489.910/0001-68

Rua Floriano Peixoto, 222 CEP 97400-000 – São Pedro do Sul - RS

Fone/Fax (55) 3276-1085

## JUSTIFICATIVA AO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 148/2018.

*Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras:*

A Administração Municipal encaminha para apreciação de Vossas Excelências o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 148, de 27 de dezembro de 2018 que “ALTERA ARTIGOS QUE ESPECIFICA DA LEI Nº 1.112 DE 30/09/1998 E DÁ PROVIDÊNCIAS”.

Justifica-se este substitutivo ao projeto de Lei para alteração da alíquota do convênio com o Instituto de Previdência do Estado do RGS – IPERGS /IPÊ- SAÚDE, em razão do encaminhamento, por parte da Presidência do IPE-SAÚDE, do Ofício nº 232/2018, onde são expostas as razões para a necessidade de majoração da alíquota – documento em anexo. Ressalta-se que se faz necessário o reajuste da alíquota, em razão de que o termo de contrato fixa a observância ao equilíbrio financeiro e atuarial, mais uma vez sendo registrado de que o nosso Município está com índice de sinistralidade superior ao limite de 85%.

Desta forma, para que os benefícios do plano sejam mantidos, se faz necessária a atualização da alíquota, devendo ser fixada em 21,71% (vinte e um vírgula setenta e um por cento).

Ressalta-se que atualmente esta Prefeitura Municipal, na atual situação financeira que se encontra, não pode contribuir com parcela maior do que o percentual de 8,5 (oito vírgula cinco por cento), que atualmente já repassa mensalmente ao contratado IPERGS.

Por conseguinte, a fim de que os funcionários e demais usuários do plano IPÊ-SAÚDE não sejam prejudicados com possível corte nas suas coberturas, em razão de que o índice de sinistralidade está superando o limite máximo de 85%, carecendo de urgente reequilíbrio econômico, se decidiu por encaminhar o presente Projeto de Lei para aumento da alíquota por parte dos servidores ativos, inativos e pensionistas conveniados, passando estes a contribuir com um percentual de 13,21% (treze vírgula vinte e um por cento) de sua remuneração.

Quanto às alterações nos parágrafos 1º e 2º do art. 2º, se fazem necessárias como forma de melhor disciplinar o ingresso dos novos e atuais servidores da Prefeitura Municipal, vedando o ingresso e saída de forma aleatória.

Solicitamos a compreensão dos integrantes deste Poder Legislativo quanto a brevidade na tramitação do projeto, para o qual solicitamos que se dê em REGIME DE URGÊNCIA, em razão da necessidade de reajuste da alíquota para fins de reequilíbrio econômico do contrato, visando a continuidade do plano, o que certamente terá acolhida, e desde já nos colocamos a disposição para prestar eventuais esclarecimentos, ratificando, por fim, a importância da aprovação do projeto por Vossas Excelências.

**ZIÂNIA MARIA BOLZAN,**  
Prefeita Municipal.